ACTA Nº. 1

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2005: Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e cinco, reuniu pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, nos Paços do Município, na Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa senhor Dr. Rui Manuel Leal Marqueiro, pelo 1º. Secretário, senhor José Alves Rosa, e pelo 2º Secretário senhor Manuel Paredes Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

1)Votação da acta da sessão ordinária realizada em 23 de Dezembro de 2004;

2) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5.-A/2002, de 11 de Janeiro;----------

3)Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;----------

4)Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo - substituição do membro eleito pelo PSD;----------

5)Revisão do Plano Director Municipal - substituição do membro eleito pela CDU; ----------

6)Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação - aprovação das alterações;----------

7)Santa Casa da Misericórdia da Mealhada - processo de utilidade pública municipal de construção de unidade hospitalar;----------

8)Desafectação de terreno do domínio público municipal.----------

O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor José Alves Rosa, 1º. Secretário, que procedesse à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltaram com justificação os senhores Dr. Manuel Bastos de Matos, Dr. Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e o Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba senhor António Baptista Simões, que foi substituído pelo secretário da mesma Junta de Freguesia, senhor António Alves da Silva Pires. Faltaram sem apresentar justificação os senhores Prof. Teodomiro António Seabra Pereira, Dr. Rui Manuel Castro Frias e Dr. Joaquim António Simões Vilela Martins.----------

Pela senhora Dr.ª. Maria Elisa Rodrigues Ribeiro e Dr. Joaquim António Simões Vilela Martins, foram apresentadas as justificações às faltas dadas nas sessões de 23 de Dezembro de 2004 e 26 de Novembro e 23 de Dezembro de 2004, respectivamente, tendo as mesmas sido aceites.----------

Foi ainda dado conhecimento à Assembleia, da carta enviada pelo senhor Nuno Gonçalo Castela Canilho Gomes, na qual solicita a suspensão do seu mandato por 300 dias, e que a seguir se transcreve: "*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Mealhada Dr. Rui Marqueiro - Assunto: Pedido de suspensão do mandato na Assembleia Municipal da Mealhada - Excelência, Em Janeiro de 2005 aceitei o honroso convite para dirigir editorialmente o Jornal da Mealhada. São conhecidas a minha proximidade e o meu gosto pelo jornalismo. Entendo, como já defendi noutras ocasiões, que não havendo incompatibilidade formal no exercício das funções de director de um jornal e de membro da Assembleia Municipal, é minha convicção de que há uma incompatibilidade ética, a que não posso ser alheio. Assim, venho por este meio solicitar a V. Excia a suspensão do meu mandato, de acordo com o artigo 3º. do Regimento da Assembleia Municipal da Mealhada, por 300 dias, a contar desta data. Peço a suspensão do meu mandato e não a renúncia por uma*

questão muito simples: ao renunciar estaria a pôr em causa a representação do nosso concelho na Assembleia da Grande Área Metropolitana de Coimbra. Não sendo fácil ser substituído por outro elemento da Mealhada, parece-me preferível tomar esta atitude. O momento político nacional e a proximidade de eleições autárquicas, não exigirá com certeza grandes afazeres neste domínio, de qualquer maneira coloco-me à disposição da assembleia municipal para no caso de haver alguma reunião da Assembleia Metropolitana, defender os interesses do concelho. Foi um prazer muito grande trabalhar com V. Excia. e com os restantes membros da Assembleia de todos os grupos políticos. Sendo um jovem, é minha firme convicção de que aprendi muito com este tempo, e que com as melhores intenções dei um contributo forte, ao povo do concelho da Mealhada que me elegeu, e para o prestígio do órgão. Pena é que nem todas as coisas que promovi ou sugeri tenham recebido o apoio e a eficácia de todos. Senhor Presidente, gostaria que desse conhecimento deste meu pedido de suspensão aos restantes grupos municipais, à Câmara Municipal e se fosse possível, transcrevê-lo na acta, para que não restem dúvidas das razões da minha posição. Com os melhores cumprimentos pessoais e políticos, considere-me sempre disponível para servir, a) Nuno Castela Canilho. Mealhada, 15 de Fevereiro de 2005."----------

Para substituição do senhor Nuno Canilho, será chamado, nos termos legais o cidadão que se lhe segue nas listas do PPD/PSD.----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão, perguntando se alguém queria intervir neste período.----------

Interveio o senhor José Calhoa, para se referir, a propósito do que se passou no final da última sessão desta Assembleia, em que foram levantadas uma série de questões, em virtude de ter sido ele próprio o único a falar no nome do deputado Breda Marques e só entendeu mais tarde, apesar de ter tentado dar as explicações, mas ter ficado a "falar para o boneco", só entendeu mais tarde quando viu transcrito no Jornal da Mealhada - o "***tom irónico, jocoso, sarcástico que foi utilizado...***". Depois de ler toda a documentação, de ter pedido para ouvir a gravação, entende não dever nenhum pedido de desculpas ao deputado Breda Marques, porque, efectivamente, apenas se limitou a citar telefonemas que ele lhe fez e entrevistas que deu a jornais. Mas, para o senhor que interveio no fim da sessão, o senhor secretário da Junta de Freguesia da Pampilhosa, entende que este, ao ler toda a documentação, face ao contraste de actas e ao "chuto" para a frente que é dado em todo o processo, efectivamente aquilo o faça rir. Por isso, compreende também a posição deste senhor. ----------

A seguir disse querer dar os parabéns ao senhor Nuno Canilho, pelo novo cargo que assumiu no Jornal da Mealhada, referindo ainda que: "o Nuno é uma pessoa jovem, com ambições, e, apesar de ele não estar presente, que a bancada do Partido Socialista lhe dá um voto de confiança e o resto ficará para uma conversa pessoal."----------

Seguidamente, solicitou ao senhor Presidente da Câmara, e com uma certa emoção, por ontem ter sido finalmente assinado o auto de consignação da empreitada de saneamento da parte sul do concelho da Mealhada, quando o auto de consignação de empreitada tem direito a uma festa como a que houve, com duzentas pessoas convidadas para o almoço, gostava de perguntar quanto é que a Câmara da Mealhada vai pagar naquele evento, porque se

efectivamente há crise, onde é que está a crise? E isto custa um bocado engolir.----------

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra para informar o senhor José Calhoa que o auto de consignação que foi assinado, foi entre as Águas de Coimbra e a empresa Teixeira Duarte, que vai construir o saneamento, no sector norte do concelho de Coimbra, do qual faz parte também, parte de Santa Luzia, Sargento-Mór, Quinta Branca e Adões, que vão drenar para a ETAR de Coimbra e também a rede de esgotos de Santa Cristina, a Póvoa de Loureiro - quer a parte de Coimbra, quer a parte da Mealhada - pertencente à freguesia da Pampilhosa, que vão drenar para a ETAR da Mealhada, ligando ao colector da Pampilhosa. A Mealhada tem apenas uma minúscula parte dessa empreitada. O auto de consignação foi assinado ontem, com pompa e circunstância, como o senhor José Calhoa referiu, no concelho da Mealhada não estamos habituados nem nos devemos habituar a qualquer tipo de festa em autos de consignação, porque este é o momento da entrega da obra ao empreiteiro, é a disponibilização das condições dos terrenos e de todas as condições inerentes ao início da obra, em que o dono da obra entrega ao empreiteiro, oficialmente, toda a área que vai ser intervencionada. Informou ainda ter estado presente na assinatura do auto de consignação, apenas como convidado, mas quanto ao almoço informou que não almoçou, nem a Câmara da Mealhada pagou nada pelo almoço, porque não tinha nada a ver com isso. Referiu que tal pagamento deve ter sido feito pelas Águas de Coimbra. Lamentou que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço, Vacariça e Pampilhosa, não tivessem sido convidados para a cerimónia de assinatura.----------

Interveio o senhor Vitor Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa, para referir que, a propósito desta situação, acha que não tinham nada que ser convidados, da mesma maneira que não o foram para outras reuniões, apesar de ter sido referido nos jornais a sua presença. Fizeram tudo o que tiveram que fazer e passaram por onde entenderam que deviam passar e os Presidentes das Juntas em questão, não foram tidos nem achados. Disse ainda que na última semana foi confrontado por vários proprietários, pelo facto de ter passado uma rede de esgotos nos seus terrenos e lamenta que, pelo menos, não tivessem dado conhecimento à Junta de Freguesia, do que se iria passar, quer por parte das Águas de Coimbra, quer por parte da Câmara Municipal da Mealhada, para que pudesse dar uma resposta aos proprietários dos terrenos, quando foi por eles questionado sobre o assunto. Os almoços e jantares não lhe dizem nada, dizia-lhe muito mais saber, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa, e pensa que aos outros Presidentes de Junta também, saberem o que se estava a passar e não darem-lhes assim, um atestado de incompetência, achando que são assuntos importantes para deixar ficar assim sem dizer duas palavras.----------

Interveio também o senhor José Rosa, Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça, para referir que subscreve naturalmente, as palavras do colega Vítor Matos, porque no que toca à Vacariça, aconteceu a mesma coisa, mas provávelmente, para bater palmas lá haveria muita gente e as palmas do Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça eram desnecessárias e que o que é preciso é que venha a obra.----------

Solicitou de novo o uso da palavra o senhor Presidente da Câmara para referir que quer só chamar a atenção para o facto de que a Câmara Municipal da

Mealhada não disse nada, nem tinha que dizer. A única coisa que fez foi, a título pessoal, o Presidente da Câmara contactar com alguns senhores Presidentes de Junta e o senhor Presidente da Junta da Pampilhosa foi abordado por si próprio, na medida em que leu num Jornal que ele tinha estado numa reunião em que o Presidente da Câmara da Mealhada não tinha estado e, tendo-lhe perguntado quanto a esse facto, o senhor Presidente da Junta da Pampilhosa negou esse facto, tendo referido não ter sido sequer convidado. O senhor Presidente da Câmara voltou a afirmar que a Câmara da Mealhada não teve nada a ver, nem com a festa, nem com a reunião. O projecto da obra foi feito por uma empresa contratada pelas Águas de Coimbra – a Hidroprojecto - e a Câmara da Mealhada limitou-se a pedir a inclusão de Santa Cristina e da Póvoa de Loureiro na parte da Pampilhosa e a parte sul onde há casas que são metade da Mealhada e metade de Coimbra. Se há alguma responsabilidade, disse: "*vamos atribuí-la a quem a tem, porque nem eu tenho nada a ver com isso, nem a Câmara tem nada a ver e apenas achei que devia ir por uma questão de saber também o que é que se passava quanto à execução da obra. É óbvio que fui convidado e disse que ia e vi lá os Presidentes de Junta das freguesias do lado de Coimbra, não vi os da Mealhada e tive ocasião de contactar o senhor José Calhoa e o senhor José Rosa a perguntar se tinham sido convidados e o senhor Vítor Matos sabe que também lhe perguntei e me informou que não tinha sido convidado para reunião nenhuma. Vamos lá a clarificar essas coisas, porque o entusiasmo não é tudo. Vamos "chamar os bois pelos nomes" – a Câmara da Mealhada não tem nada a ver com isso e, evidentemente, que se tivesse que convidar alguém, a Câmara da Mealhada convidava os seus, convidava a família.*"----------

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Antes, senhor Artur Louzado, para chamar a atenção da Câmara Municipal, para os trabalhos que estão a ser efectuados na Antes, em relação aos semáforos, que já estão a ser colocados, julgando que houve qualquer má interpretação por parte da Câmara, ou por parte das pessoas, dos habitantes, em relação à colocação destes semáforos. O que acontece é que em 2002, a Junta de Freguesia, por solicitação de alguns habitantes, pediu a colocação de alguns sinais de controle de velocidade no lugar, dado o afluxo de crianças e o trânsito existente ser bastante, em horas de ponta. A Junta de Freguesia compreendeu essa situação e a necessidade e solicitou a colocação de sinais de controle de velocidade para a entrada da Antes, no sentido de Sepins/Antes ou Sepins/Mealhada, e mais própriamente também para o cruzamento no centro do lugar. Anteontem, começaram os trabalhos e, na sua qualidade de Presidente da Junta parou ali e foi rodeado por um número razoável de habitantes, em especial de pessoas que têm ali os seus comércios e que reclamaram, ao que lhes respondeu que o que havia solicitado à Câmara, era a colocação de sinais de controle de velocidade, para haver um melhor ordenamento do trânsito, dado a povoação estar a ser invadida com carros pesados, carros a toda a velocidade e um dia dava-se ali uma desgraça, entendendo que o que a Câmara estava a fazer não era o que havia sido solicitado. Responderam-lhe que o que estavam a li a colocar eram os semáforos e que isso iria dificultar os comércios do centro do lugar, o que é mau e que iriam comunicar à Câmara nesse sentido. Respondeu às pessoas que fizessem o que quizessem, mas entendia que o que estava a ser feito, era de interesse para todos. Mais tarde, ao passar pelo mesmo sítio, uma senhora

disse-lhe que tinham telefonado para a Câmara e o senhor Presidente da Câmara tinha dito que não tinha culpa do senhor Presidente da Junta ter "cara de feijão-frade". Assim, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse querer chamar-lhe a atenção de que não tem "cara de feijão" e muito menos de "frade". Existem os ofícios, onde a Junta de Freguesia pedia realmente uma sinalização de controle de velocidade. O que estão a fazer na Antes é necessário, é importante, é bom, mas pensa que só está aí a pecar a maneira como o senhor Presidente invocou aquela palavra.----------

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para referir que, em relação a esta questão dos semáforos da Antes, não veio ninguém à Câmara. Telefonou-lhe uma senhora um bocadinho exaltada, dizendo-lhe que estava juntamente com o senhor Presidente da Junta e que este lhe disse que não tinha nada a ver com aquilo, com a colocação dos semáforos. Óbviamente, que não tem nada a ver com a colocação dos semáforos, mas quer dizer-lhe que, em determinada altura, quando foi lançada a obra da estrada da Antes/Ventosa do Bairro, foi aqui levantado o problema por três comerciantes, que vieram a uma reunião pública e foi decidido pela Câmara, no momento, suspender a aplicação dos semáforos, até melhor estudo da situação e, simultâneamente, pedir à Junta de Freguesia da Antes, que se manifestasse acerca da aplicação dos semáforos e isto não foi em 2002, mas em 2004. Já em finais de 2004, a Junta de Freguesia da Antes, através de ofício, informou que não se opunha à colocação dos semáforos, que achava correcto e queria era mais, noutros cruzamentos da Antes, portanto, parte-se do princípio que, naquele local, estava inteiramente de acordo. Os serviços estudaram a situação e verificaram que também era necessária a colocação dos semáforos. Esse assunto voltou à reunião da Câmara e, por unanimidade, foi decidido aplicá-los. Daí que essa expressão de "feijão frade", e não sabe se a utilizou, mas se o fez não foi com intenção ofensiva, mas sim com o sentido de que não se pode dizer uma coisa na Antes e outra coisa à Câmara. *"Devemos ser correctos e dizer as duas coisas, pelo menos dizer a verdade"*, disse, porque é um facto que, em 2002, a Junta de Freguesia da Antes pediu a colocação de limitadores de velocidade, mas o problema que existe na Antes, não é um problema de limitação de velocidade, é um problema de conflito de tráfego que existe e que é delicado. Essa senhora comerciante ainda lhe disse que já na semana passada tinha sido multada por causa dos semáforos e os semáforos ainda nem sequer lá estão e, provavelmente a senhora foi multada porque não respeitou a sinalização ou o código da estrada. O que é necessário é que todos assumam as suas responsabilidades, porque os comerciantes pelo facto de terem ali as suas lojas, não podem querer estacionar os próprios carros. A questão que houve em relação à Junta de Freguesia da Antes, é que esta deu o sim à colocação dos semáforos. ----------

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu por iniciada a Ordem de Trabalhos desta sessão.----------

ACTA DA SESSÃO ANTERIOR.

Posta à votação, **a Acta nº. 6 da Sessão Ordinária da Assembleia, realizada em 23 de Dezembro de 2004, foi aprovada, por maioria**, com quatro abstenções.----------

INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

"Conforme o previsto na alínea e) do nº. 1 do artº. 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, passo a informar a Assembleia Municipal, através do seu Exmo. Presidente, acerca da Actividade Municipal após a Sessão Ordinária de 23 de Dezembro de 2004:----------

OBRAS EM FASE DE CONCURSO

- *Infraestruturas da Zona Industrial da Pedrulha;*----------
- *Estrada Municipal Mealhada/Antes/Sernadelo;*----------
- *Envolvente aos Moinhos de Cereais do Lograssol;*----------
- *Arquivo Histórico Municipal (arranjos exteriores);*----------
- *Beneficiação do Estaleiro Municipal (pavimentação envolvente);*----------
- *Rua do Santarém (Barcouço).*----------

OBRAS EM FASE DE ADJUDICAÇÃO/CONSIGNAÇÃO

- *Rede de Esgotos de Santa Cristina e Póvoa do Loureiro (Intermunicipal c/ Coimbra);*----------
- *Rede de Esgotos de Santa Luzia, Quinta Branca, Sargento-Mor e Adões (Intermunicipal c/Coimbra);* ----------
- *Beneficiação da Estrada Vacariça/Carreira/Lograssol/Lameira de São Geraldo;*----------

OBRAS EM CURSO

- *Substituição do Piso do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal da Mealhada;*
- *Isolamento da Cobertura do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal da Mealhada;*----------
- *Recuperação do Cemitério Municipal de Mealhada;*----------
- *Arruamentos Exteriores da Quinta da Nora – Mealhada;*
- *Recuperação da Escola EB1 de Vacariça e adaptação parcial a Jardim de Infância;*
- *Beneficiação da Estrada Lameira de S. Geraldo/Lameira de Santa Eufémia;*
- *Beneficiação da Estrada Barcouço/Grada;*----------
- *Jardim Público da Pampilhosa (Envolventes ao Lago, Iluminação e Estadias);*----------
- *Estrada Municipal Antes/Ventosa do Bairro/Póvoa do Garção;*----------
- *Jardim Interior da Quinta da Nora (Iluminação);*----------
- *Jardim da Urbanização do Alto de Santo António – Pampilhosa (iluminação);*----------
- *Iluminação Exterior da Igreja do Luso;*----------

Mealhada, 11 de Fevereiro de 2005 – O Presidente da Câmara Municipal a) Carlos Alberto da Costa Cabral".----------

Esta informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, foi acompanhada dos elementos relativos à situação financeira do Município.-------

O senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia, se queriam colocar alguma questão ao senhor Presidente da Câmara, sobre a informação apresentada.----------

Sobre este assunto, não houve quaisquer intervenções.----------

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA.

O senhor Presidente da Mesa solicitou que, em virtude de se tratar de uma eleição, as pessoas envolvidas neste processo eleitoral lhe façam chegar à Mesa, as propostas.----------

Solicitou o uso da palavra o senhor Dr. António Miguel para, em nome da bancada do PSD, referir o seguinte: *"Atendendo à importância desta Comissão e julgando também que é importante que quem a componha tenha experiência técnica sobre essa matéria, indicava como Presidente de Junta o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mealhada, atendendo ao seu passado e presente também, e à sua experiência na área dos incêndios e na área dos Bombeiros Voluntários".*----------

O senhor Presidente da Mesa informou que tem também na Mesa uma Proposta do Partido Socialista, que passou a ler: *"As Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, cuja criação decorre da Lei 14/2004 de 8 de Maio, têm como missão, no essencial, assegurar a "coordenação a nível local das acções de defesa da floresta contra incêndios e promover a sua execução". Ponderadas as competências e as responsabilidades da Comissão, o seu âmbito de intervenção e as características florestais do nosso Concelho, o Partido Socialista propõe para integrar a Comissão, o Presidente da Junta de Freguesia do Luso – Sr. Homero Serra, com os seguintes fundamentos: 1. O Concelho da Mealhada concentra a sua maior densidade florestal na Freguesia de Luso, facto que a transforma numa zona de grande sensibilidade e vulnerabilidade do ponto de vista do risco de fogo florestal; 2. Acresce a esta particularidade o facto de nessa mancha florestal se integrar a Mata Nacional do Buçaco, que por si só, pela sua importância em valor patrimonial e ambiental, torna aquela zona do Concelho ainda mais crítica; 3. O profundo conhecimento da área identificada, das acessibilidades, da morfologia, das características micro-climáticas da zona, que detém o actual Presidente da Junta de Freguesia de Luso; são razões que recomendam a sua indicação para que integre a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.------*

Mealhada, 18 de Fevereiro de 2005 O Partido Socialista."----------

Havendo duas propostas, com dois candidatos, o senhor Presidente da Mesa referiu que terá que ser feita a votação, por escrutínio secreto, nos termos da Lei, sendo atribuídas as letras A à proposta do P.S. e a letra B à proposta do PPD/PSD.----------

Distribuídos os votos, foram depois depositados na urna um a um, de acordo com a chamada feita pelo senhor José Rosa, 1º. Secretário da Mesa, tendo-se verificado que a lista A obteve 13 (treze) votos e a lista B 9 (nove) votos.---------

Nesta votação não participou a senhora Dr.ª. Isabel Vieira, que se apresentou posteriormente na sessão, durante a discussão do ponto seguinte.----------

Por maioria**, foi eleito para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o Presidente da Junta de Freguesia do Luso, senhor Homero Cristina Serra.**----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO – SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO ELEITO PELO PPD/PSD.

A Assembleia deliberou, por unanimidade e em minuta, indicar o Dr. António Miguel de Miranda Ferreira, como representante do PPD/PSD na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, em substituição do membro anteriormente designado e que renunciou ao mandato – senhor Francisco António Dinis. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – SUBSTITUIÇÃO DO MEMBRO ELEITO PELA CDU PARA INTEGRAR O GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO P.D.M.

A Assembleia deliberou, por unanimidade e em minuta, designar a senhora Dr.ª Isabel Maria Fonseca Vieira, da CDU, para integrar o Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal, em substituição do anterior membro do mesmo Partido, senhor Júlio Francisco Costa, que solicitou renúncia do mandato.----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO – APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES.

O senhor Presidente da Mesa colocou o assunto à discussão da Assembleia, perguntando se algum dos senhores membros queria usar da palavra.----------

Solicitou o uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, para referir que a Câmara aprovou algumas alterações ao Regulamento, alterações essas que estão sublinhadas nos documentos que foram distribuídos préviamente, tendo sido também publicado no Diário da República para efeitos de inquérito público. Como resultado do inquérito público, houve apenas uma sugestão apresentada, que foi parcialmente acolhida pela Câmara, foi introduzida nesta proposta de regulamento, que agora está aqui para ser apreciada pela Assembleia e ser votada. Informou ainda estar presente na Assembleia a senhora Engª. Margarida Santos Costa, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística da Câmara, para prestar os esclarecimentos técnicos que julguem necessários. ----------

Não tendo sido apresentadas quaisquer questões, o senhor Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, verificando-se haver duas abstenções.-------

Assim, por maioria, foi aprovado o Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE), de acordo com a proposta apresentada e aprovada pela Câmara Municipal, na sua reunião de 3 de Fevereiro de 2005.----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

SANTA CASA DA MISERICÓRIDA DA MEALHADA – PROCESSO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE HOSPITALAR.

O senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém pretendia usar da palavra sobre este assunto.----------

Não se verificando, de imediato, nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar uma questão, referindo que, este assunto trata de um pedido de declaração de utilidade pública apenas e tão só, para desanexação da reserva ecológica nacional, mas que, a seu ver, tem um ponto fraco, que é o seguinte: - "*primeiro, é discutível que seja REN, não na cartografia, mas no terreno, porque ali não é REN de certeza absoluta, porque está aterrado e parte do terreno tem alcatrão, segundo, tem um novo ponto fraco, que é o facto do hospital ter começado a sua construção e, portanto, corremos o risco de pedir a sua desafectação e aparecer por aí algum fiscal da REN e embargar a obra. A Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia têm que ter isso presente.*" ----------

O senhor Presidente da Câmara, a este propósito, referiu que também o senhor Ministro da Saúde tem que ter isso presente.----------

O senhor Presidente da Mesa referiu: *"o senhor Ministro da Saúde tem um problema mais grave, que é o de explicar porque é que não trataram da desafectação, quando fizeram o Centro de Saúde, mas este é um problema que a nós não nos compete. O centro de saúde está aberto e, como sabe, a Administração Central, goza do privilégio do não licenciamento, as entidades privadas é que não. Aí há uma questão que talvez devesse ser ponderada. Só estou a chamar a atenção, porque conheço bem as pessoas que estão na REN, aliás, devo lembrar-lhe, não sei se isso é do conhecimento da Câmara, mas penso que nem sequer há comissão nacional da REN, penso que está desactivada."*----------

O senhor Presidente da Câmara confirmou que, há pouco tempo, até há cerca de dois meses, a comissão nacional da REN estava ainda desactivada.----------

O senhor Presidente da Mesa continuou dizendo: *"tenho dúvidas, muitas dúvidas, pelo facto de haver uma coisa que se chama inutilidade superveniente, ou seja, quando se estabelece a defesa dos solos da REN, pretende-se com isso defender determinados solos e ecossistemas. Naquele caso não há nenhum ecossistema para defender, porque o que poderia ser defendido está inutilizado por acções, há mais de trinta anos, quando se fez o hospital. Aterrou-se um terreno, na altura não existia sequer a REN que data dos anos noventa. Depois, ao lado, o Estado fez o Centro de Saúde e não necessitava de licenciamento municipal. Todos nós temos consciência do que é a "burocracite" e esta pode dar a que algum fiscal, vindo fiscalizar o pedido de desafectação que a Santa Casa da Misericórdia quer fazer, verifique que a obra já começou sem ter sido desafectado da REN e haja algum embargo. Não sei se isto será a melhor maneira de resolvermos o nosso problema, que é fazer com que o Hospital avance, portanto na minha opinião não sei se a melhor coisa não seria dizer à Santa Casa da Misericórdia que estivesse quieta."*----------

Interveio a senhora Engª. Arminda Martins, para fazer algumas perguntas técnicas, nomeadamente quanto à área total do lote, tendo sido informada pela senhora Engª. Margarida.----------

Foram ainda trocadas mais algumas informações de carácter técnico, tendo o senhor Presidente da Mesa referido que hão havendo nenhum ecossistema a proteger, o que interessa saber é se, em termos de licenciamento municipal, a Câmara Municipal entende que, com suporte numa decisão da Assembleia Municipal, dizendo que inexiste ecossistema a defender e que a Assembleia Municipal como entidade que aprova o plano director municipal reconhece que os solos foram inutilizados em tempo, e portanto, não faz sentido estar aqui a pedir uma desafectação, e entende que isso é suficiente para prosseguir o processo de licenciamento, porque se não entender, está no seu legítimo direito de exigir que aquilo seja desafectado da REN independentemente de tudo. O senhor Presidente da Câmara aqui presente, se quizer assumir alguma responsabilidade nesse aspecto, faz o favor de informar.----------

O senhor Presidente da Câmara interveio para referir que a declaração de interesse municipal poderá não ir, necessáriamente, para a Comissão da REN. Disse compreender perfeitamente mas, na verdade, o que se passa aqui, neste caso concreto do Hospital da Mealhada, é o que se passa em todo o concelho, porque na carta da REN há por aí situações verdadeiramente inacreditáveis.----

Interveio o senhor José Calhoa, para referir que para si, leigo na matéria, sem perceber nada da REN, gostaria de saber, no caso do gasoduto que se fez,

quantos milhões de árvores se cortaram, quantos ecossistemas destruíram, e não ouviu ninguém queixar-se contra isso. Lembrou ainda o caso da EDP, que coloca as linhas de média e alta tensão por cima de povoações, havendo um caso recente em Barcouço, onde existiam colmeias por baixo, e desde que colocaram a linha, as abelhas fugiram. Afinal, onde é que estão os ecossistemas? São só para os privados? Por tudo isto, vota favorávelmente a desafectação do terreno para o hospital. ----------

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Mesa passou à votação do pedido de reconhecimento de utilidade pública municipal, solicitado pela Santa Casa da Misericórdia da Mealhada.----------

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer de utilidade pública municipal, a construção de uma unidade hospitalar, requerida pela Santa Casa da Misericórdia da Mealhada, de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 3 de Fevereiro de 2005.----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

DESAFECTAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O senhor Presidente da Mesa usou da palavra para referir que o assunto em discussão foi já analisado pela Câmara Municipal, nos termos da lei tem que ter uma decisão da Assembleia Municipal, os documentos foram todos enviados para os senhores membros da Assembleia e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para se pronunciar quanto ao mesmo assunto. ----------

O senhor Presidente da Câmara referiu que este assunto tem a ver com um caminho existente na Antes, caminho esse que passava pelo meio dum terreno, esse caminho é público e era proposto desviá-lo para a extremidade do terreno. Para isso ser possível, é preciso que o caminho que é público seja desafectado do domínio público e é isto que está aqui para ser apreciado. -------

Interveio o senhor Artur Louzado, para referir: *"na minha qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Antes, e dado o que se passou com este processo, a minha posição, em princípio, seria a de não ter palavras para isto mas, dado que vejo aqui algumas coisas escritas e que não estou de acordo com elas, é a razão que me leva a dizer alguma coisa. E alguma coisa primeiro, porque a Junta de Freguesia tentou resolver o problema pacíficamente e a bem com o proprietário, pacíficamente continua a ser, mas a Junta nunca teve resposta para que fosse resolvido a bem. O caminho referido não passa no meio da propriedade, passa a par da propriedade, só num pequeno canto da propriedade é que atravessa a referida propriedade. Segundo, o referido caminho, sempre teve zelo da Junta de Freguesia, porque um caminho que não é zelado dentro da devesa, ou em qualquer pinhal, passado três anos, tem mato, tem pinhais, tem pinheiros e tem eucaliptos. Aquele está limpo. Estou na Junta de Freguesia desde 1976 e sempre tive tanto como Presidente da Junta, secretário ou tesoureiro, o cuidado de, quando em quando, passar com as máquinas pelos caminhos da devesa, para a sua conservação, e, portanto não é verdade que ali nunca tivessem sido efectuados trabalhos pela Junta de Freguesia. Foram, com conhecimento de causa. Portanto, o problema não sei se realmente poderia ter sido resolvido a nível de Junta de Freguesia. De qualquer maneira, mesmo que passasse pela Junta de Freguesia, a Câmara iria ter conhecimento das deliberações que fossem tomadas a nível de Junta e de Assembleia de Freguesia. Por outro lado, diz aqui também que passou por lá uma senhora fiscal e que verificou que não*

havia eucaliptos plantados. Os eucaliptos foram plantados nesse bocado de caminho que foi ocupado voluntáriamente sem ouvir nada nem ninguém. Foi ocupado a bel-prazer do proprietário. No local plantou eucaliptos que estiveram lá durante algum tempo e mais tarde, ou por as pessoas no seu descontentamento utilizarem o caminho e danificarem-no, ou o próprio os arrancou. Isso não sei, mas o que é certo é que o caminho tornou a ser transitável nesse local. De qualquer maneira, este assunto para a Junta ficou encerrado, uma vez que passou para a Câmara Municipal a responsabilidade da sua solução. São estes os pontos que queria dizer e que a Junta de Freguesia não abandonou o caminho. O caminho estava devidamente reparado." ----------

Não havendo mais nenhuma intervenção, este assunto foi posto à votação pelo senhor Presidente da Mesa, tendo-se verificado existirem 3 abstenções. ---------

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar a desafectação de um terreno do domínio público municipal, com a área de 100,70 metros quadrados e a afectação ao domínio público municipal de uma área de 103,30 metros quadrados, na freguesia da Antes, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal.----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

O senhor Presidente da Mesa usou ainda da palavra para perguntar, nos termos do que está legalmente previsto, por ser uma sessão ordinária, se há alguém no público que queira intervir. ----------

Solicitou o uso da palavra, o senhor Jorge Carvalho, para referir que, uma vez que faz parte da Junta de Freguesia do Luso, e numa reunião da Assembleia de Freguesia do Luso, em que esteve presente, esteve também presente um representante do PPD/PSD, senhor Luís Brandão, que anunciou aos presentes e à Junta de Freguesia que o senhor deputado Breda Marques garantira que as obras do Centro de Saúde do Luso começariam em Junho de 2005. O facto ficou registado em acta e, como tal, queria saber se estas obras vão ser mesmo realizadas, porque o terreno foi disponibilizado pela Câmara da Mealhada e além disso, esta notícia veio no Diário de Coimbra e no Diário As Beiras e a mesma notícia foi colocada no Centro de Saúde do Luso, para conhecimento de todos os utentes, de que as obras iriam avançar. Como Lusense que se preza, disse ainda que preza muito que o Luso tenha o seu Centro de Saúde e que as obras comecem no mês de Julho, solicitando informação sobre este assunto ao senhor Presidente da Câmara.----------

O senhor Presidente da Câmara informou que a comunicação que a Câmara tem, sobre o início das obras da extensão de saúde do Luso, de acordo com um ofício enviado, é de que o concurso já tinha sido aberto, e isto já há quatro ou cinco meses. A partir daí, a Câmara não tem mais qualquer conhecimento sobre o mesmo assunto. ----------

E, não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.----------